

— 20 —
23 —

CHRISTIANO
CASSETTARI
COORDENAÇÃO

ARTHUR **DEL GUÉRCIO NETO**
LUCAS BARELLI **DEL GUÉRCIO**
AUTORES

TEORIA GERAL DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

2023 © Editora Foco

Coordenador: Christiano Cassettari

Autores: Arthur Del Guércio Neto e Lucas Barelli Del Guércio

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Assistente Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G929t Guércio Neto, Arthur Del
Teoria Geral do Direito Notarial e Registral / Arthur Del Guércio Neto, Lucas
Barelli Del Guércio ; coordenado por Christiano Cassettari. - Indaiatuba :
Editora Foco, 2023.
192 p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção Cartórios)
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-796-3
1. Direito. 2. Direito notarial e registral. I. Guércio, Lucas Barelli Del. II.
Cassettari, Christiano. III. Título. IV. Série.
2023-132 CDD 341.411 CDU 347.961

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito notarial e registral 341.411 2. Direito notarial e registral 347.961

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (06.2023) – Data de Fechamento (06.2023)

2023

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
PREFÁCIO.....	IX
APRESENTAÇÃO.....	XIII
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS (ARTIGOS 1º E 3º)	1
1. Introdução.....	1
2. Princípios aplicados à matéria	4
2.1 Princípios atípicos de Direito Notarial e Registral.....	5
2.1.1 Princípios Administrativos	5
2.1.1.1 Princípio da Legalidade	5
2.1.1.2 Princípio da Impessoalidade	6
2.1.1.3 Princípio da Moralidade.....	8
2.1.1.4 Princípio da Publicidade	9
2.1.1.5 Princípio da Eficiência	9
2.1.2 Princípios de Direito Civil.....	10
2.1.2.1 Princípios de Direito Contratual (voltados em grande parte aos tabeliães de notas, registradores imobiliários, títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas).....	11
2.1.2.1.1 Princípio da Autonomia da Vontade (ou Privada).....	11
2.1.2.1.2 Princípio da Função Social dos Contratos, Boa-fé Objetiva e Probidade.....	11
2.1.2.1.3 Princípio do <i>Pacta Sunt Servanda</i> – Da força obrigatória dos contratos	13
2.1.2.1.4 Princípio da Supremacia da Ordem Pública....	14

2.1.2.2	Princípios de Direito de Família (voltados em grande parte aos tabeliães de notas, registradores civis e registradores imobiliários)	14
2.1.2.3	Princípio de Direito das Sucessões (voltado em grande parte aos tabeliães de notas e registradores imobiliários)	16
2.1.2.3.1	Princípio de <i>Saisine</i>	16
2.2	Princípios típicos de Direito Notarial e Registral	17
2.2.1	Princípios Constitucionais típicos de Direito Notarial e Registral ..	17
2.2.1.1	Princípio do Exercício Privado da Delegação.....	17
2.2.1.2	Princípio da Fiscalização da Atividade.....	18
2.2.1.3	Princípio da Democratização do Ingresso	19
2.2.2	Princípios típicos de Direito Notarial e Registral previstos na Lei Federal 8.935/94.....	20
2.2.2.1	Princípio da Publicidade	20
2.2.2.2	Princípio da Autenticidade.....	23
2.2.2.3	Princípio da Segurança Jurídica	24
2.2.2.4	Princípio da Eficácia.....	25
CAPÍTULO II – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS (ARTIGO 4º).....		27
CAPÍTULO III – QUEM SÃO OS TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO – UMA ANÁLISE DO INTERINO DESIGNADO (ARTIGO 5º)		31
CAPÍTULO IV – OS NOTÁRIOS E TABELIÃES DE NOTAS (ARTIGOS 6º A 9º)		37
1.	Formalização jurídica da vontade das partes e intervenção nos atos e negócios jurídicos.....	38
2.	Autenticar fatos.....	41
3.	Competências exclusivas do tabelião de notas	42
4.	Escrituras e procurações públicas.....	42
5.	Testamentos públicos e cerrados.....	46
6.	Atas notariais	49
7.	Reconhecimento de firmas.....	50
8.	Autenticação de cópias.....	53
9.	Competência territorial.....	55
CAPÍTULO V – OS TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS (ARTIGO 10).....		59

CAPÍTULO VI – OS TABELIÃES DE PROTESTO (ARTIGOS 11 E 13)	63
1. Noções gerais	63
2. Características do protesto extrajudicial.....	69
3. Distribuição dos títulos e documentos de dívida para protesto.....	73
CAPÍTULO VII – OS OFICIAIS DE REGISTRO (ARTIGO 12)	75
1. Registro Civil das Pessoas Naturais	76
2. Registro Civil das Pessoas Jurídicas	80
3. Registro de Títulos e Documentos	83
4. Registro de Imóveis.....	87
CAPÍTULO VIII – O INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL – CONCURSOS PARA CARTÓRIOS (ARTIGOS 14 A 19; ARTIGO 44)	95
CAPÍTULO IX – GESTÃO DE CARTÓRIOS (ARTIGOS 20 E 21)	109
CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES E FISCALI- ZAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO (ARTIGOS 22 A 24; 37 E 38)	119
1. Responsabilidade civil.....	119
2. Responsabilidade criminal	122
3. Responsabilidade tributária	123
4. Responsabilidade administrativa.....	124
5. Da Fiscalização pelo Poder Judiciário.....	125
CAPÍTULO XI – DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS (ARTIGOS 25 A 27).....	127
1. Incompatibilidades.....	127
2. Impedimentos	131
CAPÍTULO XII – DIREITOS E DEVERES DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES (ARTIGOS 28 A 30)	133
1. Direitos.....	133
2. Deveres.....	139

CAPÍTULO XIII – DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES E DAS PENALIDADES (ARTIGOS 31 A 36)	151
1. Infrações disciplinares	152
2. Penalidades	154
3. Da intervenção	160
CAPÍTULO XIV – DA EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO (ARTIGO 39)	163
1. Causas de extinção voluntárias da delegação	164
1.1 Aposentadoria facultativa	164
1.2 Renúncia	165
2. Causas de extinção involuntárias da delegação	166
2.1 Morte	166
2.2 Aposentadoria por Invalidez.....	167
2.3 Perda da delegação	168
2.4 Descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida na Lei 9.534, de 10 de dezembro de 1997.....	168
REFERÊNCIAS	169